

RELATÓRIO E CONTAS

2015



ÍNDICE

nazaré
qualifica

ÍNDICE	2
RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. <i>A Empresa</i>	4
2. <i>A Atividade</i>	6
A. <i>Promoção do Desenvolvimento Económico</i>	6
B. <i>Promoção da Sustentabilidade</i>	7
C. <i>Situação Económica e Financeira</i>	8
3. <i>Proposta de Aplicação de Resultados</i>	9
4. <i>Notas Finais</i>	9

whalms
Arab

Relatório de Gestão

1. A Empresa

A Nazaré Qualifica, E.M. – Unipessoal, Lda., tem a missão institucional de contribuir para a promoção do desenvolvimento das atividades económicas do concelho. A Nazaré Qualifica é uma empresa municipal de capital exclusivamente público, que goza de personalidade jurídica, e é dotada de autonomia administrativa e financeira. Rege-se pela Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime das empresas públicas e no que não estiver especialmente regulado, pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Estrutura Acionista

No ano de 2015 não existiu qualquer alteração ao capital social da Empresa, no montante de 10.000,00 €, continuando com a seguinte estrutura:

100 % - Câmara Municipal da Nazaré

Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Nazaré Qualifica, E.M. – Unipessoal, Lda., são:

M. Luchini
Nazaré

Senhores Acionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos de submetemos à apreciação da Câmara Municipal da Nazaré o presente Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultado e respetivos Anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Este relatório é apresentado de forma sintética mas com informações que nos parecem bastante pertinentes, quer no enquadramento da situação atual da empresa, como na definição e justificação da atividade da mesma durante o decorrer do ano de 2015, pretende este documento ser um relatório justificativo da nossa atividade sempre com o princípio que nos rege de rigor, transparência e avaliação da nossa atividade, pois sem analisar não é possível estimar, com os elementos a seguir descritos será possível fazer um balanço real de cada recurso humano e financeiro investido em cada área.

A concretização de parcerias locais, nacionais e internacionais são fatores de sucesso na forma como planeamos e concretizamos os nossos objetivos, com o propósito de fazer mais, associando os recursos públicos a recursos privados, conseguindo através de uma estrutura ágil e eficiente concretizar este conjunto de ações e adicionar valor acrescentado ao concelho da Nazaré. É este o nosso desígnio: gerar retorno de cada recurso investido pelos nossos parceiros e acionista.



Handwritten signature in blue ink, likely of the author or representative, with the name 'Anacleto' written below it.

Conselho de Administração

Presidente:

- Walter Manuel Chicharro

Vogais:

- Ana Teresa Mafra Neto

- José Joaquim Légua Bem

Assembleia Geral

Presidente:

- António Manuel Sequeira

Fiscal Único

Sociedade: Mazars & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais
de Contas, S.A.

Representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira (ROC 961)

2. A Atividade

O ano de 2015 foi um ano de atividade da empresa municipal e consolidação dos resultados em projetos sobejamente conhecidos.

A. Promoção do Desenvolvimento Económico

Área de Localização de Valado dos Frades

O ano de 2015 do projeto prioritário da Área de Localização Empresarial de Valado dos Frades, na perspetiva da Nazaré Qualifica, foi um ano de execução das obras de infraestruturas por parte da Câmara Municipal da Nazaré, continuando a divulgação e comercialização dos diversos lotes.

Assessoria ao Município

Durante o ano de 2015 foi dada continuidade ao trabalho de desenvolvimento do plano de reorganização interna e de consultoria na área económica e financeira ao Município.

Turismo Eventos

A Nazaré Qualifica, em 2015, relativamente aos eventos, prestou consultoria à CMN, na procura de parceiros para o desenvolvimento das atividades, de onde se destaca a Nazaré em Festa.

A Nazaré Qualifica, assumiu a organização do Carnaval bem como da Passagem de Ano 2015/2016.

whelw
Amek

O desenvolvimento da marca "Praia do Norte" foi uma actividade constante ao longo do ano de 2015.

Durante o ano deu-se início à gestão do CAR Surf que vem potenciar toda a área do surf e evidentemente a marca "Praia do Norte".

Forte São Miguel Arcanjo.

No ano de 2015 deu-se a abertura do Forte São Miguel Arcanjo à população da Nazaré e a quem nos visita, que era uma ambição de todos.

Esta parceria com a Câmara Municipal da Nazaré, Capitania do Porto da Nazaré e principalmente com o interesse e abertura da Marinha Portuguesa proporcionou a realização desta ambição.

B. Promoção da Sustentabilidade

Microgeração

Relativamente à evolução da rentabilidade das instalações de Microgeração nas instalações da Câmara Municipal da Nazaré, está a decorrer de acordo com o previsto.

C. Situação Económica e Financeira

Em 2015 a Nazaré Qualifica EM finaliza o exercício com um cenário mais exigente de gestão, para o qual terá que encontrar no próximo exercício medidas e soluções que se adequem à correcção da situação.

DR	2015	2014
VN	2.535.116,06 €	1.588.357,67€
EBITDA	-10.310,97 €	60.396,13€
RAI	-42.511,12 €	27.092,92€
RL	-46.710,77 €	15736,71€
	2015	2014
ACTIVO	1.456.013,94 €	1.234.600,61€
CP	30.436,48 €	77.147,25 €
PASSIVO	1.425.577,46 €	1.157.453,36€
PASSIVO Ñ CORRENTE	0€	0€
	1.425.577,46	
PASSIVO CORRENTE	€	1.157.453,36€
Passivo Bancário Líquido	52,281,53 €	76.169,26€

Por se tratar de uma empresa municipal com uma estrutura de gastos fixos expressivos, a rubrica que tem maior peso nos gastos operacionais são os Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos com o total de 85,6% e 8,5%, respetivamente.

Em termos globais, os objetivos definidos pelo acionista foram cumpridos, mesmo num ano difícil para o sector público, com uma estratégia de contenção muito atenta as necessidades e a eficiência nos investimentos realizados.

3. Proposta de Aplicação de Resultados

R. Indino
Ancueta

Tendo-se verificado o Resultado Líquido negativo de 46.710,77 €, o Conselho de Administração deliberou em reunião no dia 17 de Março de 2016, propor a seguinte aplicação:

→ Resultados Transitados -46.710,77 €

4. Notas Finais

O Conselho de Administração da Nazaré Qualifica, E.M. – Unipessoal, Lda., tendo a consciência das dificuldades atuais da economia local/nacional e por consequência das entidades públicas e privadas não pode deixar de agradecer á Câmara Municipal da Nazaré seu principal acionista o empenho e dedicação na parceria com esta empresa, tal como a todas as empresas/entidades que colaboram para a concretização das ações aqui apresentamos, sem os mesmos não seria possível a sua concretização.

Nestes momentos onde é importante contar com “todos” é importante ainda salientar e agradecer o empenho e dedicação dos colaboradores da Nazaré Qualifica, da Câmara Municipal da Nazaré e de um leque alargado de profissionais que colaboram com esta empresa, pois sem o esforço e a dedicação dos mesmos não seria possível a concretização dos objetivos a que nos propusemos.

Nazaré, 17 de Março de 2016

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANEXO ÀS CONTAS

2015





nazare
qualifica

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO ÀS CONTAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NAZARÉ QUALIFICA, E.M. – UNIPESSOAL, LDA.
Nº DE MATRICULA/NIPC: 507571053
INSCRITA NA CONSERVATORIA DO REGISTO COMERCIAL DE NAZARÉ
CAPITAL SOCIAL: 10.000,00 EUROS

Nazaré Qualifica
31.12.2015

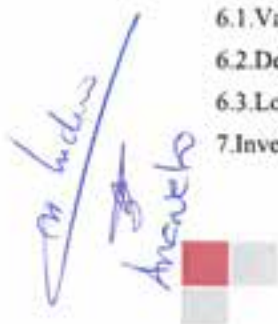

ÍNDICE





CONTEÚDO

1. Balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014	7
2. Demonstração dos resultados por naturezas para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014	8
3. Demonstração das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014	9
4. Demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014	10
5. Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015	11
1. Nota introdutória	12
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	12
2.1. Referencial contabilístico	12
2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais tenham sido derogadas	13
2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da Demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	13
3. Principais políticas contabilísticas	13
3.1. Bases de mensuração	13
3.2. Activos fixos tangíveis	14
3.3. Clientes e dívidas a receber	15
3.4. Regime do acréscimo	15
3.5. Imposto sobre o rendimento	16
3.6. Imparidade de activos	17
3.7. Caixa e depósitos bancários	18
3.8. Rédito	18
3.9. Fornecedores e outras dívidas a terceiros	18
3.10. Subsídios do governo	19
3.11. Benefícios dos empregados	19
3.12. Eventos subsequentes	19
3.13. Outras políticas contabilísticas relevantes	20
4. Fluxos de caixa	21
4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários	21
5. Partes relacionadas:	21
5.1. Relacionamentos com a empresa-mãe e Sociedades participadas:	21
5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão	21
5.3. Saldos pendentes com partes relacionadas	22
5.4. Transacções com partes relacionadas	22
6. Activos fixos tangíveis	22
6.1. Valor aquisição activos fixos tangíveis	22
6.2. Depreciações acumuladas por rubrica de activos fixos	23
6.3. Locações	23
7. Inventário	23



8.Clientes	23
9.Adiantamentos a fornecedores	24
10.Outras contas a receber	24
11.Capital próprio	24
12.Fornecedores	25
13.Adiantamentos de Clientes	25
14.Estado e outros entes públicos	26
15.Financiamentos obtidos	26
16.Outras contas a pagar	27
17.Vendas e serviços prestados	27
18.Fornecimentos e serviços externos	28
19.Gastos com pessoal	28
20.Outros rendimentos e ganhos	29
21.Outros gastos e perdas	29
22.Imposto sobre o rendimento	29
23.Provisões e Responsabilidades	29
24.Acontecimentos após a data do balanço	30
24.1.Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	30
25.Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	30
26.Outras informações	30

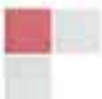


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E
DE 2014]



Anselmo



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2015	31.12.2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	97.187,16	116.356,10
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial		-	-
		97.187,16	116.356,10
Activo corrente			
Inventários	7	11.870,81	9.629,77
Clientes	8	35.726,37	145.382,01
Adiantamentos a fornecedores	9	694.010,34	769.839,44
Estado e outros entes públicos	14	5.888,36	9.216,21
Pessoal		8.858,59	-
Outras contas a receber	10	454.714,09	158.125,65
Diferimentos		-	-
Caixa e depósitos bancários	4	128.509,97	26.051,43
		1.339.578,53	1.118.244,51
Total do ACTIVO		1.436.765,69	1.234.600,61
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	10.000,00	10.000,00
Reservas legais		5.596,29	5.596,29
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		61.550,96	45.814,25
Resultado líquido do período		(46.710,77)	15.736,71
Total do Capital Próprio		30.436,48	77.147,25
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	12	85.949,33	96.142,74
Adiantamentos de clientes	13	747.176,25	767.178,50
Estado e outros entes públicos	14	133.222,13	56.548,68
Pessoal		3.187,84	-
Outras contas a pagar	16	436.793,66	237.583,44
Diferimentos		-	-
		1.406.329,21	1.157.453,36
Total do Passivo		1.406.329,21	1.157.453,36
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.436.765,69	1.234.600,61



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			31.12.2015	31.12.2014
Vendas	+	17	89.872,51	9.924,61
Prestação de Serviços	+	17	2.445.443,55	1.578.433,06
Subsídios à exploração	+		11.324,27	22.679,03
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(115.228,19)	(1.735,99)
Fornecedores e serviços externos	-	18	(217.325,33)	(261.811,01)
Gastos com pessoal	-	19	(2.192.683,16)	(1.273.778,19)
Outros rendimentos e ganhos	+	20	5.193,43	95,41
Outros gastos e perdas	-	21	(36.708,05)	(13.410,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(10.310,97)	60.396,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	+/-	6	(26.623,39)	(24.695,77)
Impunidade de investimentos deprecieváveis/amortizáveis (pontas/reversões)	+/-		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(36.934,36)	35.700,36
Juros e rendimentos similares obtidos	+			-
Juros e gastos similares suportados	-	4	(5.576,76)	(8.607,44)
Resultado antes de impostos	=		(42.511,12)	27.092,92
Imposto sobre rendimento do período	+/-	22	(4.199,65)	(11.356,21)
Resultado líquido do período	=		(46.710,77)	15.736,71

Roberto
Aracete



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
		Capital realçado	Reserva legal	Resultados transferidos	Avanços em ações transferidas	Equivalência monetária	Outras alterações no capital próprio	Resultados líquidos do período			
1		10.000,00	5.596,29	39.728,15	-	-	-	-	-	6.086,10	61.410,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	6.086,10	-	-	-	-	-	(6.086,10)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	6.086,10	-	-	-	-	-	15.736,71	15.736,71
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	12.172,20	-	-	-	-	-	9.650,61	9.650,61
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+4+5		10.000,00	5.596,29	45.814,25	-	-	-	-	-	15.736,71	77.147,25
1		10.000,00	5.596,29	45.814,25	-	-	-	-	-	15.736,71	77.147,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	15.736,71	-	-	-	-	-	(15.736,71)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	15.736,71	-	-	-	-	-	15.736,71	15.736,71
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	31.473,42	-	-	-	-	-	31.473,42	31.473,42
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6=1+2+3+4+5		10.000,00	5.596,29	61.550,96	-	-	-	-	-	(46.710,77)	30.436,48



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

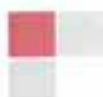
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		NOTAS	EXERCÍCIOS		
			2015	2014	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		+	4	2.546.897,29	1.095.155,96
Pagamentos a fornecedores		-		(1.049.796,90)	(297.070,29)
Pagamentos ao pessoal		-		(1.373.312,63)	(1.396.788,45)
Fluxo gerado pelas operações				123.817,76	(598.702,78)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		+-		(8.328,01)	(13.779,68)
Outros recebimentos/pagamentos		+-		-	(143.966,11)
Fluxos das actividades operacionais	(1)			115.489,75	(756.448,57)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+		-	-
Activos intangíveis		+		-	-
Investimentos financeiros		+		-	-
Subsídios para investimentos		+		-	-
Juros e rendimentos similares		+		-	-
Dividendos		+		-	-
Outros activos		+		-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(7.454,45)	(11.054,31)
Activos intangíveis		-		-	-
Investimentos financeiros		-		-	-
Outros activos		-		-	-
Fluxos das actividades de investimento	(2)			(7.454,45)	(11.054,31)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+		-	-
Cobertura de prejuízos		+		-	-
Doações		+		-	-
Outras operações de financiamento		+		-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-	(30.000,00)
Juros e custos similares		-		(5.576,76)	(8.607,44)
Dividendos		-		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-		-	-
Outras operações de financiamento		-		-	-
Fluxos das actividades de financiamento	(3)			(5.576,76)	(38.607,44)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			102.458,54	3.891,68
Resultado das diferenças de câmbio				-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período				26.051,43	22.159,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período				128.509,97	26.051,43

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 Anabela



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015]



5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A NAZARÉ QUALIFICA, E.M. – UNIPESSOAL, LDA., referida neste documento como NAZARÉ QUALIFICA ou EMPRESA, é uma empresa municipal constituída em 30 de Dezembro de 2005, embora a sua actividade tenha sido iniciada apenas durante o exercício de 2007, com sede social em Nazaré.

A Nazaré Qualifica, tem a missão institucional de contribuir para a promoção do desenvolvimento das actividades económicas do concelho. A Nazaré Qualifica, é uma empresa municipal com capital maioritariamente público que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira. Rege-se pela Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais, pelos seus estatutos e, subsidiariamente, pelo regime das empresas públicas e no que não estiver especialmente regulado, pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (pela primeira vez), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ❖ Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto;
- ❖ Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- ❖ Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- ❖ Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- ❖ Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas



Relatório
de
Anexo

Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

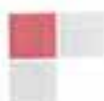
2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2015, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

Os valores referenciados no balanço de 2014 em Diferimentos foram transferidos para as rubricas de Outras Contas a Pagar e Outras Contas a Receber de modo a haver comparabilidade, visto que em 2015 os acréscimos de custos e proveitos foram contabilizados em Outras Contas a Receber/Pagar.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO



As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para os activos obtidos após essa data.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os custos a suportar com o desmantelamento e/ou remoção dos activos instalados em propriedades de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando se traduzam em montantes significativos.

2.a) DEPRECIAÇÕES

As depreciações são calculadas em base duodecimal (diária) e de forma consistente de período para período, pelo método das quotas constantes, a partir do momento em que os respectivos bens entram em funcionamento, utilizando-se as taxas que permitam a depreciação do investimento durante a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubricas	Taxas			Vida útil estimada	
	Mínima	Máxima	Intervalo	Mínima	Máxima
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-
Equipamento básico	14,28%	14,28%	0,00 p.p.	14	14
Equipamento de Transporte	25,00%	25,00%	-	4	4
Equipamento administrativo	-	33,33%	0,00 p.p.	3	3
Outros activos fixos	-	-	-	-	-

Handwritten signature and initials:
 António
 Neto



Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspecções importantes são incluídos na quantia escriturada do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.3. CLIENTES E DÍVIDAS A RECEBER

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Perdas por imparidade em dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.4. REGIME DO ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".





3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correcções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são susceptíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

Os efeitos dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2011.


Aracete



Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

3.6. IMPARIDADE DE ACTIVOS

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

Após o reconhecimento inicial de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não pode ser recuperado, é efectuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações ou depreciações), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos activos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração de resultados.



3.7. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros investimentos de custo prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos Obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes.

3.8. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes.

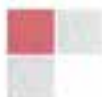
O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Nazaré Qualifica e (v) os custos incorridos, ou a serem incorridos, referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados no momento do término da prestação de serviço.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.9. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do valor temporal é considerado imaterial.



António
António

3.10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de subsídios à exploração, são registados na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração de resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

3.11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.13. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Nazaré Qualifica, E.M. | Relatório & Contas 31.12.2015 |

Página | 19



W. Melo
S. Anacleto

13.a) FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método directo. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de activos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

13.b) JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

13.c) PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Maneto



As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2015	31.12.2014
		Quantias disponíveis para uso	Quantias disponíveis para uso
Caixa	Numerário	6.770,69	7,29
	Subtotais	6.770,69	7,29
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	121.739,28	26.044,14
	Subtotais	121.739,28	26.044,14
Totais		128.509,97	26.051,43

5. PARTES RELACIONADAS:

5.1. RELACIONAMENTOS COM A EMPRESA-MÃE E SOCIEDADES PARTICIPADAS:

- CAMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ.

5.2. REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

O Conselho de Gerência da Nazaré Qualifica foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos "chave" da gestão do Grupo. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, não foram auferidas remunerações pelo Conselho de Gerência.

5.3. SALDOS PENDENTES COM PARTES RELACIONADAS






• CAMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ

As quantias dos saldos pendentes são os seguintes:

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas respeitadas por natureza acumuladas e gastos relacionados e respectivo do modo em que se encontra distribuída de partes relacionadas		Período 2015				Período 2014			
		Saldo pendente em 31.12.2015				Saldo pendente em 31.12.2014			
		Debitos	Fornecedores	Outros créditos a receber	Outros créditos a pagar	Debitos	Fornecedores	Outros créditos a receber	Outros créditos a pagar
Empresa Mãe	Camara Munic. par da Nazaré	-	885.897,25	-	-	108.500,00	185.737,25	-	-
Total		-	885.897,25	-	-	108.500,00	185.737,25	-	-

5.4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As quantias das transações ocorridas são as seguintes:

Transações com partes relacionadas		Período 2015		Período 2014		
		Empresa Mãe		Totais	Empresa Mãe	
		Camara Municipal da Nazaré			Camara Municipal da Nazaré	
Vendas e prestação de serviços e outros rendimentos	(+)	2.275.329,80	2.275.329,80	1.408.165,56	1.408.165,56	
Compras + FSE	(-)	-	-	-	-	
Gastos de financiamento	(-)	-	-	-	-	

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1. VALOR AQUISIÇÃO ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Activos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
			Edifícios				
Em 01/01/2014	Quantias brutas acumuladas	-	-	184.868,11	4.769,55	-	189.637,66
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(55.453,67)	(2.119,37)	-	(57.573,04)
	Quantias líquidas acumuladas	-	-	129.414,44	2.650,18	-	132.064,62
Adições		-	-	-	262,32	8.724,93	8.987,25
Depreciações		-	-	(23.519,51)	(659,88)	(516,37)	(24.695,77)
Em 31/12/2014	Quantias brutas acumuladas	-	-	184.868,11	5.031,87	8.724,93	198.624,91
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(78.973,18)	(2.779,26)	(516,37)	(82.268,81)
	Quantias líquidas acumuladas	-	-	105.894,93	2.252,61	8.208,56	116.356,10
Adições		-	-	1.406,00	6.048,45	-	7.454,45
Depreciações		-	-	(23.547,48)	(1.010,46)	(2.065,45)	(26.623,39)
Em 31/12/2015	Quantias brutas acumuladas	-	-	186.274,11	11.080,32	8.724,93	206.079,36
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	(102.520,66)	(3.789,72)	(2.581,82)	(108.892,20)
	Quantias líquidas acumuladas	-	-	83.753,45	7.290,60	6.143,11	97.187,16

VALORES ADICIONAIS ADICIONADAS POR RUBRICA DE ACTIVOS FIXOS

Handwritten signature and name: Anabela Almeida



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No final do período, as depreciações acumuladas de activos fixos tangíveis ascendem a **108.892,20 Euros**.

6.3. LOCAÇÕES

Locações financeiras em vigor		Locações financeiras em vigor				Investimentos brutos nas locações à data do balanço			
		Localidade	Identificação do contrato	Prazo da locação		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
				Começo	Fim				
Período N	Máquinas	Batander	199807	01-03-2011	01-06-2018	23.978,05	26.303,48	0,00	52.281,53
	Totais		0	0			23.978,05	26.303,48	0,00

7. INVENTÁRIO

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período		31.12.2015	31.12.2014
		Mercadorias	Mercadorias
Inventários no começo do período		+ 9.629,77	-
Compras		+ 117.469,23	11.365,76
Inventários no fim do período		- (11.870,81)	(9.629,77)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		= 115.228,19	1.735,99

8. CLIENTES

Cientes	31.12.2015	31.12.2014
Cientes - grupo	-	108.500,00
Cientes - nacionais	33.276,47	33.014,85
Cientes - Internacionais	2.449,90	3.867,16
Totais	35.726,37	145.382,01

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES



whitman
Aracto

Em 31 de Dezembro de 2015 os saldos reconhecidos nesta rubrica respeitam aos adiantamentos efectuados à Câmara Municipal da Nazaré relacionados com a Área de Localização de Valado dos Frades.

Fornecedores	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos a fornecedores		
Câmara Municipal da Nazaré	685.897,25	765.737,25
Outros Fornecedores	8.113,09	4.102,19
Totais	694.010,34	769.839,44

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica compreende os seguintes montantes a facturar à Câmara Municipal da Nazaré pelos serviços prestados em 2015 decorrentes dos contratos-programa estabelecidos entre as duas partes:

Outras contas a receber	31.12.2015	31.12.2014
Gestão da Biblioteca Municipal	-	55.000,00
Educação	112.200,00	-
Carsurf	132.600,00	-
ATL	90.780,00	-
Cultura	118.320,00	-
Centros Escolares	-	100.000,00
Outros	814,09	-
Totais	454.714,09	155.000,00

11. CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos na rubrica de Capital próprio no exercício de 2015 compreendem:

Capital próprio	31.12.2014	Variação	Aplicação RLE	31.12.2015
Capital realizado	10.000,00			10.000,00
Reservas legais	5.596,29		-	5.596,29
Resultados transitados	45.814,25		15.736,71	61.550,96
Resultado líquido	15.736,71	(46.710,77)	(15.736,71)	(46.710,47)
	77.147,25	(46.710,47)	-	30.436,48

A 31.12.2015 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é detido na sua totalidade pela **Câmara Municipal da Nazaré**.

Handwritten signature:
 António
 Francisco



12. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores compreende:

Fornecedores	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores – Grupo	-	-
Fornecedores – Outros	85 949,33	96 142,74
	85 949,33	96 142,74

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos reconhecidos nesta rubrica respeitam aos adiantamentos recebidos relacionados com a Área de Localização de Valado dos Frades, entregues à Câmara Municipal da Nazaré. Apresenta-se de seguida o detalhe da rubrica:

Cientes	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos a clientes		
MD Moldes Lda	494 606,25	494 606,25
Luis Silverio & Filhos S.A.	170 000,00	170 000,00
Jorge Vieira Produtos Agricolas Lda	-	26 816,50
Carlos Manix da Silva Santos	26 702,75	26 702,75
ONTIMEPLAS Lda	-	20 002,25
Performance Ideal Combustiveis Lda	20 130,00	20 130,00
Hessischer Runfunk	26 816,50	-
Iberanco Lda	8 920,75	8 920,75
Totais	747 176,25	767 178,50

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS






DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de Estado e outros entes públicos decompõe-se da forma indicada no quadro que se segue:

Estado e outros entes públicos	31.12.2015	31.12.2014
Saldos devedores		
Pagamentos Especiais por Conta	-	2.917,56
Pagamentos por Conta	6.188,01	6.298,65
Outros	(299,65)	-
Totais	5.888,36	9.216,21
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	11.356,21
Retenções na fonte de imposto - IRS	14.768,27	8.533,55
IVA a pagar	21.944,39	10.071,64
Contribuições para a Segurança Social	96.114,07	26.191,88
Outros impostos	395,40	395,40
Totais	133.222,13	56.548,68

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A rubrica de Financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma, estando registado no Balanço em Outras contas a pagar

Financiamentos Obtidos	31-12-2015	31-12-2014
Empréstimos Bancários - CCAM		
Locação Financeira	52.281,53	76.169,26
Total	52.281,53	76.169,26

Relativamente ao valor a liquidar do leasing contratado ver Nota 6.3.



Handwritten signature
Francisco

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	31.12.2015	31.12.2014
Acrescimos de Gastos - Remunerações a liquidar	371.131,23	2.607,18
Acrescimos de Gastos	-	-
Outros Credores	13.380,90	-
	384.512,13	2.607,18

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os montantes inscritos nas rubricas de Vendas e serviços prestados compreendem os seguintes montantes e naturezas, realizadas no mercado interno:

Vendas e prestação de serviços	31.12.2015	31.12.2014
Prestações de serviço		
Contrato-Programa delegação de Competênci	1.322.180,48	720.000,00
Refeições escolares	-	-
Microgeração de energia	51.219,54	34.146,34
Outras	982.371,02	824.286,72
Vendas	89.672,51	
Totais	2.445.443,55	1.578.433,06

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Apresenta-se de seguida o detalhe dos fornecimentos e serviços externos:

Fornecimentos e serviços externos	31.12.2015	31.12.2014
Outros serviços	85.910,81	76.525,46

Nazaré Qualifica, E.M. | Relatório & Contas 31.12.2015 |

Página | 27



...

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trabalhos especializados	6 102,32	11 465,38
Publicidade e propaganda	8 564,00	5 476,61
Honorários	54 597,66	68 924,55
Outros		5 979,26
Rendas e alugueres	9 591,28	31 597,80
Outros	52 559,26	61 841,95
Totais	217 325,33	261 811,01

19. GASTOS COM PESSOAL

Os montantes inscritos na rubrica de Gastos com pessoal compreendem:

Gastos com pessoal	31.12.2015	31.12.2014
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1 833 320,22	1 045 449,93
Encargos sobre remunerações	345 186,34	212 817,85
Seguro de acidentes no trabalho	10 467,60	15 165,47
Outros gastos com pessoal	3 709,00	344,94
Totais	2 192 683,16	1 273 778,19
Número médio de colaboradores	147	105
Encargo médio anual por colaborador	14 916,21	12 131,22

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos suplementares	121,95	-
Correcções relativas a períodos anteriores	-	-

Handwritten signature and date:
 18/12/2015



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros	5 071,48	95,41
Totais	5 193,43	95,41

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

Outros gastos e perdas	31.12.2015	31.12.2014
Dividas incobráveis	-	-
Taxas	11 610,18	5 559,02
Multas e penalidades	1 599,26	603,24
Outros	23 498,61	7 248,53
Totais	36 708,05	13 410,79

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Decomposição do reconhecimento sobre o lucro contabilístico e os resultados fiscais de impostos				Período 2015			Período 2014		
Descrição		Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos multiplicado pelo(s) fator(es) de ajuste(s) aplicável(is))	Resultado líquido do período	1	-	(46.710,77)	-	-	15.736,71	-	-
	Alterações permanentes de estimativa	2	-	-	-	-	11.356,21	-	-
	Resultado antes de impostos	1+2	3	(46.710,77)	21,0%	-	27.002,92	25,0%	-
Ajustamentos para o lucro tributável	A adicionar	4	5	6.711,45	21,0%	2.059,40	1.227,54	23,0%	282,33
	A deduzir	6	7	-	21,0%	-	-	23,0%	-
Lucro (Prejuízo) fiscal		8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7	9	(36.399,32)	-	-	28.320,46	-	-
Dedução de perdas fiscais		10	11	-	-	-	-	-	-
Módulo (excessivo) de crédito		12 = 8 - 9	13	(36.399,32)	25,0%	-	28.320,46	23,0%	6.513,71
Benefícios fiscais por dedução e crédito		14	15	-	-	-	-	-	-
Outros componentes do imposto	Taxas de substituição	16	17	20.998,26	20,0%	4.199,65	44.177,11	20%/10%	4.417,70
	Derrama	18	19	-	1,5%	-	28.320,46	1,5%	424,81
	Derrama Estabiliz	20	21	-	-	-	-	-	-
Imposto corrente	Imposto corrente	22	23 = 8 + 9 - 10 - 11 + 12	-	-	4.199,65	-	-	11.356,21
	Provisão estimativa para o exercício	24	25	-	-	-	-	-	-
	Imposto diferido	26 = 23 - 24	27	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos reconhecidos no período	28	29	-	-	-	-	-	-
Dedução permanente de impostos e base alterada média		30	31 = 8 - 9 - 28	-	-	4.199,65	-	-	11.356,21

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

A contabilidade registou uma estimativa de imposto de 4.199,65 €.



whidm
Arcebo

23. PROVISÕES E RESPONSABILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2015 está em curso a implementação das decisões judiciais que decorreram dos processos mencionados no Anexo de 2014, ascendendo o valor total das indemnizações a 103,6 mil euros. Na sequência do processo em curso de negociação com a Camara Municipal relativamente ao vínculo contratual dos trabalhadores, a Camara Municipal assume o compromisso de suportar os eventuais custos que venham a resultar destes processos.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

24.1. ACTUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações que condicionem a informação existente à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

25. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A situação tributária e contributiva da sociedade apresenta-se regularizada nos termos da legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa não apresentava qualquer dívida ao "Estado e Outros entes Públicos" em situação de mora.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

A 31 de Dezembro de 2015, a Empresa não tem responsabilidades por garantias prestadas.



DECLARAÇÃO DO ORGÃO DE GESTÃO

(Artigo 20º das Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas articuladas as Normas Internacionais de Auditoria - ISA)

Exmos. Senhores

MAZARS & Associados, SROC, S.A.

Estrada de Leiria, 212 – Ed. Pinus Park, Fracção X

2430-901 Marinha Grande

Nazaré, 4 de Abril de 2016

Exmos. Senhores

Em relação à revisão de contas que V. Exas efetuaram às demonstrações financeiras da **Nazaré Qualifica, E.M. - Unipessoal, Lda**, referentes a 31 de Dezembro de 2015, vimos confirmar os seguintes elementos e informações que vos foram prestadas no decurso do Vosso exame:

1. A Administração da **Nazaré Qualifica, E.M. - Unipessoal, Lda**, é responsável pela preparação das demonstrações financeiras da Empresa as quais são constituídas pelo Balanço (que evidencia um total 1 436 765,69 euros e um total de capital próprio de 30 436, 48 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 46 710,77 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos, e por assegurar que estas representam de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial e financeira da Empresa.
2. No decurso do vosso trabalho foram-vos facultados todos os elementos solicitados, não tendo sido por nós retida, voluntariamente, qualquer informação importante que pudesse afetar as demonstrações financeiras à data acima referida ou o vosso exame às contas. Não foram realizadas reuniões do Conselho de Administração e tomadas deliberações por este órgão em reuniões recentes ou relativamente às quais ainda não tenham sido preparadas as respetivas atas, que alterem o conteúdo, extensão e natureza das Demonstrações financeiras e restantes documentos de prestação de contas de 2015. Neste âmbito foram-vos disponibilizadas atas de Assembleia Geral até à ata nº 7 de 29 de dezembro de 2015 e atas de Conselho de Administração até à ata nº 29 de 29 de dezembro de 2015.
3. Tomámos em consideração os erros identificados no decurso do vosso trabalho, os quais se encontram em quadro constante do Anexo a esta declaração. Em nossa opinião, estes erros, considerados individual ou coletivamente, não são relevantes para as demonstrações financeiras como um todo, facto pelo qual os mesmos não foram corrigidos.

4. Não temos conhecimento de quaisquer irregularidades envolvendo a Administração da Empresa ou quadros que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou ainda de quaisquer irregularidades envolvendo outro pessoal que pudessem afetar de forma significativa as demonstrações financeiras examinadas. Também não temos conhecimento de quaisquer violações importantes que possam ter sido cometidas em relação às leis ou normas em vigor e cujos efeitos deveriam ter sido evidenciados nos mapas financeiros ou servido de base ao registo de passivos contingentes. A Empresa tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu.
5. Confirmamos ainda o seguinte:
 - a) Reconhecemos que somos responsáveis pelo desenho, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno para prevenir e detetar quaisquer erros ou fraudes;
 - b) Efetuámos uma avaliação interna do risco das demonstrações financeiras se encontrarem materialmente distorcidas em resultado de fraude e confirmamos que a esta data consideramos tal risco como remoto.
6. A informação que Vos foi prestada relativamente às partes em relação de dependência ou relativamente às quais possa existir eventual conflito de interesses e sobre os respetivos saldos e transações, foi completa. Em particular consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações entre entidades afins e/ou com interesses da Empresa, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente.
7. Confirmamos que vos foi dado conhecimento de todas as entidades relacionadas, bem como de todas as transações materiais mantidas com as mesmas, sendo que a totalidade dos balanços e das transações com partes relacionadas foram adequadamente registados e quando necessário divulgados no anexo que faz parte integrante das demonstrações financeiras.
8. Confirmamos igualmente que temos conhecimento da legislação relativa aos "Preços de Transferência" e que dispomos de toda a informação necessária no sentido de continuar a cumprir com a mesma.
9. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações ou de stocks, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores e clientes.
10. A Empresa cumpriu todas as suas obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes - verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço - estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
11. Confirmamos que não existem quaisquer planos ou intenções que possam provocar alterações consideráveis nos valores contabilísticos dos elementos patrimoniais que integram o Ativo e o Passivo do Balanço da Empresa ou na forma como se encontram classificados ou que possam pôr em causa a continuidade das operações.



12. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não hajam sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros, registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras que examinaram nem se encontram contabilizadas quaisquer operações que não tenham por base efetivas transações, relacionadas com o curso normal dos negócios da sociedade.
13. O saldo em 31 de Dezembro de 2015 das perdas por imparidade para créditos de cobrança duvidosa foi cuidadosamente revisto, pelo que consideramos que o mesmo representa a melhor estimativa possível de todos os prejuízos significativos que poderão ser incorridos aquando da cobrança dos valores a receber naquela data.
14. Não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregámos os nossos advogados de tratar dessas matérias, para além dos valores já constantes das demonstrações financeiras. Neste contexto informamos que todo o contencioso jurídico da sociedade está entregue ao advogado Dr. Branco Tomás.
15. Neste âmbito, confirmamos que a Camara Municipal da Nazaré (sócio único), mantém o princípio de definido entre as partes que as responsabilidades por indemnizações por cessação de contrato de trabalho e por pagamentos efetuados em resultado de processos judiciais movidos por ex-trabalhadores são responsabilidades assumidas pela Camara Municipal.
16. Registámos ou divulgámos, conforme apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo aquelas respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.

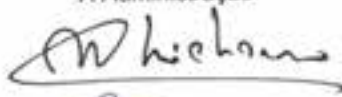

Assim, todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.

17. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2015 até ao presente momento que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas atividades.

Com os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos

A Administração

Pela Direção Financeira/ TOC

António Henriques

ANEXO À DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO PARA O PERÍODO DE TERMINA EM 31/12/2015

(O impacto destes erros não corrigidos foi considerado imaterial)

Descrição dos erros identificados e não corrigidos com impacto nas Demonstrações financeiras de 31/12/2015

Descrição dos erros	Ativo	Passivo	Resultado líquido	Outras rubricas do Capital próprio
Saldo em Caixa (gastos não documentados e não reconhecidos em custos)	(6 770,00)		(6 770,00)	
<i>Total do impacto (Euros)</i>	(6 770,00)		(6 770,00)	



Nazare Qualifica, E.M. – Unipessoal, Lda.

Avenida Vieira Guimarães, 54, 2450 - 951 Nazare - Tel: 262 550 010 / fax: 262 550 019

Contribuinte n.º 507 571 053 – Matrícula na CRC da Nazare Sob o n.º 507 571 053 com o Capital Social de 10.000,00 €

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Nazaré Qualifica, EM - Unipessoal, Lda.** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 1 436 765,69 euros e um total de capital próprio de 30 436, 48 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 46 710,77 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C, 5º ANDAR, PORTUGAL

TEL: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARLISBOA@MAZARS.PT

ESTRADA DE LEIRA, 212, EDIFÍCIO PINUS PARK, FRACÇÃO X, 2450-901 MARINHA GRANDE, PORTUGAL

TEL: + 351 24 457 49 60 - FAX: + 351 24 457 49 79 - E-MAIL: MAZARLEIRIA@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 31 NA OBOC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1054 - REGISTADA NA CRC LISBOA - NIPC 508 109 951 - CAPITAL SOCIAL 150.000,00 €



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **Nazaré Qualifica, E.E.M.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 4 de Abril de 2016



MAZARS & ASSOCIADOS, SROC, SA

representada por Henrique José Marto Oliveira (ROC nº 961)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Quotistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2015, a atividade da **Nazaré Qualifica, E.M. Unipessoal, Lda**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

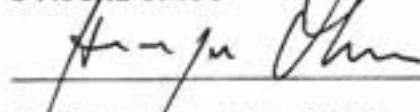
O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer :

- 1º Que sejam aprovados o Balanço, Relatório de Gestão bem como a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
- 2º Que não existem objecções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Leiria, 4 de Abril de 2016

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & Associados, SROC

representada por **Henrique José Marto Oliveira** (Revisor Oficial de Contas n.º 961)

CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE G, 3º ANDAR, PORTUGAL

TEL: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARELISBOA@MAZARS.PT

ESTRADA DE LEIRIA, 212, EDIFÍCIO PINUS PARK, FRACÇÃO X, 2430-901 MARINHA GRANDE, PORTUGAL

TEL: + 351 24 457 49 90 - FAX: + 351 24 457 49 79 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 31 NA OROC - REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1234 - REGISTADA NA CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 150 000,00 €

